



SENADO EM CRISE

O depoimento de ACM servirá de bússola para orientar as convicções dos senadores que decidirão o futuro dos dois parlamentares envolvidos na fraude do painel. A Polícia Federal ainda tenta recuperar disquete

Punição divide Conselho de Ética

Da Agência JB

O Conselho de Ética do Senado está dividida quanto a punição a ser aplicada aos dois senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, investigados por violação no painel eletrônico do Senado. A intensidade da penalidade dependerá do resultado dos trabalhos da Polícia Federal, que tenta recuperar o disquete com a lista de votação da cassação do ex-senador Luiz Estevão (PMDB-DF). Ontem, a corregedoria do Senado considerava "impossível" recuperar o disquete com a lista da sessão de cassação do mandato de Estevão. "A lista é a prova material do crime", informou Tuma (veja matéria na página 10).

No comando da comissão, a avaliação é de que a tendência é pela cassação dos mandatos de ambos. Tal tendência se ampara na pressão da opinião pública e no fato de a violação do painel eletrônico ter se transformado num caso simbólico para "restaurar a dignidade" do Senado. Ainda que o Conselho de Ética opte pela cassação, ninguém garante que os mandatos sejam cassados em plenário. Por um motivo principal: a mobilidade das posições políticas.

Os senadores mantêm em reserva o voto. Esperam especial-

mente pelo depoimento de hoje de ACM, considerado decisivo. Servirá de bússola para orientar as convicções e definições dos integrantes do conselho.

DESCONFORTO

Alguma punição haverá mas não avanço quanto ao grau da pena", afirma o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). "O risco de

cassação existe, sem dúvida. Há um clima interno e externo que se interagem", observa. Dentro do Senado, há um completo "desconforto", afirma. Do lado de fora, a pressão da opinião pública.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) é enfático pela instauração de processo de cassação em relação aos dois senadores. Para ele, existem confissões, provas testemunhais e materiais que exigem um processo de cassação. "É impossível o Senado, nessa altura, não abrir um processo de cassação de ambos", afirma. Esse processo "morreria" na hipótese de uma renúncia.

O corregedor do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), que também é membro nato do Conselho de Ética, procura não antecipar posições mas tem para si que é consenso entre os senadores de que os envolvidos não podem sair "incólumes". Para o presidente da Comissão de Ética, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), os senadores têm "consciência" da gravidade da crise.

A ARTE IMITA A VIDA?

Na novela das 20h da Rede Globo, Porto dos Milagres, ambientada na Bahia, o senador Vítorio Viana — interpretado pelo ator Lima Duarte — é influente e falâstrão. No capítulo de ontem, se gabou de ter vários dossiês que poderiam comprometer deputados, senadores, juízes e até políticos de oposição. O político baiano também gosta de demonstrar poder e nega ao personagem de Antonio Fagundes, Félix Guerreiro, a chance de ser candidato a governador do estado. "Você não vai ser candidato agora, você não é bom de voto. Bom de voto é o outro, o Albuquerque", diz Vítorio Viana, que também é presidente de um partido.

Wanderlei Pozzembom 17.11.99



PÉRES (C): "É IMPOSSÍVEL O SENADO, NESSA ALTURA, NÃO ABRIR UM PROCESSO DE CASSAÇÃO DE AMBOS"